

ATA 10

Ata 10/2012 – Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e doze, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Central dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para reunião ordinária, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, Diomedes Cupertini, Rosana Aparecida Pinho Franco dos Santos, Roseli Terezinha Gass, Heber Sander Zulian, Antonio Marcos Chagas de Moraes, Maria Inês Borges Mânica, Ângela Maria Sachser, Rejane Linck Neumann, Lenir Zimmermann, Magda Ritter, Tânia Maria I. Lagemann, Giani G. B. Verdi, Simone Beatriz Ferrari, Loiva F. Bortolanza, Solange Silva dos Santos Fidelis, Clarice Ana Rudieger, Márcia Cristina Dreher Longen, Tania Regina Piazzetta, Nelson Kissler, e o participante: Tiago Henrique Godoy da Silva. A presidente do CMAS, Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, inicia a reunião saudando os presentes e apresenta a pauta da reunião: a) Apreciação e aprovação das Atas 06 e 07/2012; b) Informes da Secretaria Executiva – correspondências recebidas e expedidas; c) Relato das Comissões; d) Apreciação e aprovação do Plano de Ação de 2012 e do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Financeira de 2011; e) Informe da Gestão sobre o Monitoramento e Avaliação dos Serviços Socioassistenciais; f) Apreciação e aprovação da proposta de reajuste de tarifas funerárias; g) Informes Gerais. Maria de Lurdes coloca para aprovação a pauta da reunião, sendo aprovada por unanimidade. No item A, Apreciação e aprovação das Atas 06 e 07/2012, Tania Midding pede desculpas pelo atraso no envio da ata 06 e informa não foi possível aprontar a ata 07. Neste sentido, a conselheira Solange Fidelis solicita que a ata 06 também fique para ser aprovada na próxima reunião, devido ao atraso no envio da mesma, ao que a plenária concorda. Sendo assim, as atas 06 e 07/2012 serão aprovadas na reunião ordinária do mês de agosto. No item B, Informes da Secretaria Executiva – correspondências recebidas e expedidas, Tania informa que não houve correspondências expedidas e apresenta as correspondências recebidas, sendo elas: Ofício nº 224/2012 da Secretaria de Assistência Social informando a substituição da representante suplente Vivian C. K. Busse por Marilda Marques, no CMAS; ofício nº 226/2012 da Secretaria de Saúde informando a substituição representantes, sendo indicadas Loiva Fátima Bortolanza como titular e, Luiza Aparecida Caetano do Carmo como suplente, no CMAS. No item C, Relato das Comissões, a presidente do CMAS informa que não haverá relato e aproveita para informar que a Comissão de Orçamento deve se reunir para definir algumas questões. No item D da pauta, Maria de Lurdes esclarece sobre as ferramentas que compõem a rede SUAS com informações sobre programas, serviços e benefícios socioassistenciais, gerenciamento de convênios, suporte à gestão orçamentária, entre outras ações relacionadas à gestão da informação do SUAS. Em seguida, Solange Fidelis passa a relatar sobre a estrutura da ferramenta SUAS Web, em que nela está o Plano de Ação 2012, Demonstrativo Sintético Anual 2011 ressaltando que as informações referem-se somente aos Pisos e Serviços co financiados pelo Governo Federal, entre outras informações. Esclarece que estará apresentando os dados sobre o Plano de Ação e, dentro deste, aparecem as abas: I. Dados Cadastrais com as informações do Órgão Gestor, Fundo e Conselho, os quais devem ser atualizados. Solange lembra que, novamente, não conseguiram atualizar os dados do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo que enviaram correspondência ao MDS informando sobre esta dificuldade; II. Previsão de Atendimento Físico, ressaltando que este ano foi inclusa uma nova aba sobre o IGD SUAS, logo agora são duas modalidades de IGD, o IGD do Bolsa Família e o IGDSUAS, e, considerando que muitos conselheiros não conhecem o que é o IGD, o operador do CadÚnico, Tiago Godoy faz um breve esclarecimento sobre os índices de que devem ser considerados, nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, para que o Município continue a receber os recursos do IGD referente ao Bolsa Família. Após, Solange esclarece sobre os documentos legais que estabelecem o IGDSUAS nos âmbitos Municipais, Estaduais e Federal, apresenta brevemente a fórmula de cálculo que define os valores para recebimento de recurso nesta modalidade de Índica de Gestão, lembrando que a legislação prevê a destinação de 3% do recurso repassado ao Município para investimentos no CMAS. Informa que o Município atualmente está recebendo R\$ 2.487,88 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito) mensais, o recurso tem sido repassado desde dezembro de 2011 e, em seguida apresenta no Plano de Ação as macro ações onde serão aplicados os recursos do IGD do Programa Bolsa Família e do IGDSUAS. A conselheira Rejane Neumann questiona se está sendo possível desenvolver ações para sanar as questões que são identificadas, ao que Solange responde que sim, pois a Instância de Controle Social do PBF, se reúne periodicamente para discutirem sobre diversas situações e para propor ações como capacitação, reuniões com as áreas afins para discussão e aquisição de equipamentos necessários, da mesma forma quanto ao IGDSUAS, tem sido previsto investimentos para estruturar a Secretaria para oferta de Capacitação e atendimento a Rede e também para estruturar a Secretaria Executiva, ressalta que o

investimento no Conselho foi maior do que o previsto pela legislação, onde serão adquiridos alguns equipamentos para o melhor funcionamento do Conselho. Destaca que, com este recurso, o Departamento de Gestão terá uma melhoria significativa nas condições de trabalho. Na sequência, passa a apresentar as metas e os valores mensais repassados pelo MDS através dos Pisos: Piso Básico Fixo para o PAIF no valor de R\$ 27.000,00 com previsão de 2.398 famílias a serem acompanhadas, Piso Básico Variável I do Projovem Adolescente no valor de R\$ 7.537,50 com previsão de atendimento de 6 coletivos; e dos Pisos de Média Complexidade, Piso Variável de Média Complexidade PETI no valor de R\$ 13.000,00 previsão de 600 atendidos, Piso Fixo de Média Complexidade para os Serviços do CREAS de LA, PSC, PAEFI e atendimento a Pessoa em Situação de Rua no valor no de R\$ 14.700,00, e o Piso de Transição de Média Complexidade para Serviços de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias no valor de 13.732,98 para atendimento a 60 pessoas com Deficiência, não havendo nenhum Serviço de Média Complexidade para Idoso no Município que entraria nesta modalidade de Piso. III. Previsão de Financiamento Federal, onde apresentou os valores para cada um dos pisos; IV. Resumo Executivo, contendo todos os valores previstos, sendo: 1. Valor Total Previsto a ser repassado pelo FNAS (anual): R\$ 1.247.177,13; 2. Recursos próprios a serem alocados no FMAS (anual): R\$ 5.000.781,07; 3. Recursos a serem transferidos do FEAS (anual): R\$ 0,00; 4. Total de recursos no FMAS para o exercício: R\$ 6.247.958,20; V. Parecer do Conselho, em que se tem o espaço para digitar o parecer e preencher com a data da reunião em que o Plano de Ação foi aprovado, número da ata da reunião e número da Resolução. Fernanda Pape, assistente social do Departamento de Gestão, esclarece houve capacitação on line sobre o preenchimento do Plano de Ação, no qual houve orientação que se houver erros no preenchimento, estes podem ser retificados no parecer do Conselho. Desta forma, Solange Fidelis colocou que houve o registro equivocado do número de famílias previsto para serem acompanhadas pelos CRAS através do PAIF em 2012 devendo registrar neste parecer do CMAS esta correção com a previsão de 2.398 famílias a serem acompanhadas. Em seguida, a Presidente coloca para aprovação o Plano de Ação 2012, sendo aprovado por unanimidade e ficando definido que a mesa diretora do CMAS deverá se reunir para fazer o parecer a ser preenchido com a senha do CMAS. Na sequência, Solange apresenta a estrutura do Demonstrativo Sintético de 2011 e passa a relatar a Execução Física dos Serviços de Proteção Social Básica e dos Serviços de Proteção Social Especial realizados em 2011. Solange observa sobre o alto número que aparece em acompanhamento pelo CREAS II e que estarão fazendo reunião com a equipe para orientação da forma de registro dos dados de acompanhamento. Fernanda destaca que dos 900 (novecentos) atendidos pelo CREAS II, 400 (quatrocentos) são população em situação de rua, e os outros 500 são crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Fernanda destaca ainda, que a maior demanda do CREAS II, exceto a pessoa em situação de rua, é de crianças e adolescentes com direitos violados, o que reforça a necessidade de implantação de um CREAS específico para esta população, visto a complexidade destes atendimentos. A seguir, o Diretor do Departamento de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Assistência Social, Astor P. Christ, inicia informando que a técnica do Departamento de Controle Contábil, Giani Verdi, trouxe todos os documentos de prestação de contas e que está a disposição dos conselheiros. E passa a apresentar a Execução Financeira do Demonstrativo Sintético de 2011 de receita e despesa, sendo: Proteção Social Básica – Projovem – Receita: apresenta o valor transferido pelo MDS de R\$ 119.818,55 (cento e dezenove mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos); contrapartida municipal de R\$ 22.892,71 (vinte e dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e um centavos); Rendimentos R\$ 3.301,01 (três mil, trezentos e um reais e um centavo); Total da receita de R\$ 146.012,27 (cento e quarenta e seis mil, doze reais e vinte e sete centavos). Total das despesas de R\$ 82.438,32 (oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais, e trinta e dois centavos); Restos a pagar para 2012 R\$ 47.064,07 (quarenta e sete mil, sessenta e quatro reais e sete centavos); Saldo reprogramado para 2012 R\$ 16.509,88 (dezesesseis mil, quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos); Totalizando 146.012,27 (cento e quarenta e seis mil, doze reais e vinte e sete centavos). Astor esclarece que os recursos de superávit acontecem em virtude das parcelas que entram no final do ano e das licitações que ficam com valor muito baixo. A conselheira Lenir Zimmermann questiona se a Comissão de Orçamento analisou esta prestação de contas, ao que Giani diz que ainda não, pois este é o primeiro momento que o Conselho tem contato estes valores. Então, a conselheira Roseli Gass questiona até quando pode continuar reprogramando estas sobras, ao que Giani responde que não existe nenhum documento que estabeleça este limite. Continuando a apresentação, Piso Básico Fixo, referente aos quatro CRAS – Receita: valor transferido pelo MDS de R\$ 399.457,94 (trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos); Contrapartida municipal R\$ 61.551,24 (sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos); Rendimentos R\$ 9.648,53 (nove mil, seiscentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos); Total de R\$ 470.657,71 (quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos). Total das despesas R\$ 355.468,28 (trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos); Restos a pagar para 2012 R\$

62.356,77 (sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos); Saldo reprogramado para 2012 R\$ 52.832,66 (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos); Totalizando R\$ 470.657,71 (quatrocentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos). Proteção Social Especial de Média Complexidade – CREAS – Receita: valor transferido pelo MDS de R\$ 225.973,85 (duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos); Contrapartida municipal R\$ 19.865,89 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos); Rendimentos R\$ 7.131,25 (sete mil, cento e trinta e um reais e vinte e cinco centavos); Total de R\$ 252.970,99 (duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e setenta reais e noventa e nove centavos). Total das despesas R\$ 193.483,42 (cento e noventa e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos); Restos a pagar em 2012 R\$ 23.466,95 (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos); Saldo reprogramado para 2012 R\$ 36.020,62 (trinta e seis mil, vinte reais e sessenta e dois centavos); Totalizando R\$ 252.970,99 (duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e setenta reais e noventa e nove centavos). Proteção Social Especial de Média Complexidade – Piso Fixo de Média Complexidade – CREAS Expansão – Receita: valor transferido pelo MDS de R\$ 121.081,59 (cento e vinte e um mil, oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos); Contrapartida municipal de R\$ 14.174,84 (quatorze mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos); Rendimentos R\$ 5.101,44 (cinco mil, cento e um reais e quarenta e quatro centavos); Total de R\$ 140.357,87 (cento e quarenta mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos). Total das despesas R\$ 94.954,18 (noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos); Restos a pagar para 2012 R\$ 27.716,59 (vinte sete mil, setecentos e dezesseis reais e cinquenta e nove centavos); Saldo reprogramado para 2012 R\$ 17.687,10 (dezessete mil, seiscentos e oitenta e sete reais e dez centavos); Totalizando R\$ 140.357,87 (cento e quarenta mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos). Piso Variável de Média Complexidade – PETI Coletivo – Receita: valor transferido pelo MDS de R\$ 182.573,20 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos); Contrapartida do Município R\$ 33.345,40 (trinta e três mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos); Rendimentos R\$ 1.300,68 (um mil, trezentos reais e sessenta e oito reais); Total de R\$ 217.219,28 (duzentos e dezessete mil, duzentos e dezenove reais e vinte e oito centavos). Total das despesas R\$ 196.092,27 (cento e noventa e seis mil, noventa e dois reais e vinte e sete centavos); Restos a pagar para 2012 R\$ 5.139,60 (cinco mil, cento e trinta e nove reais e sessenta centavos); Saldo reprogramado para 2012 R\$ 15.987,41 (quinze mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos); Totalizando R\$ 217.219,28 (duzentos e dezessete mil, duzentos e dezenove reais e vinte e oito centavos). Programa de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoa com Deficiência, - Receita: valor transferido pelo MDS de R\$ 178.820,93 (cento e setenta e oito mil, oitocentos e vinte reais e noventa e três centavos); Contrapartida Municipal R\$ 7.785,84 (sete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos); Rendimentos R\$ 468,64 (quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos); Total R\$ 187.075,41 (cento e oitenta e sete mil, setenta e cinco reais e quarenta e um centavos). Total das despesas R\$ 172.873,79 (cento e setenta e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta e nove centavos); Saldo reprogramado R\$ 14.201,62 (quatorze mil, duzentos e um reais e sessenta e dois centavos); Totalizando R\$ 187.075,41 (cento e oitenta e sete mil, setenta e cinco reais e quarenta e um centavos). Programa IGD Bolsa Família - Receita: valor transferido pelo MDS de R\$ 97.236,31 (noventa e sete mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos); Contrapartida do Município R\$ 6.570,00 (seis mil, quinhentos e setenta reais); Rendimentos R\$ 4.146,79 (quatro mil, cento e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos); Total de R\$ 107.953,10 (cento e sete mil, novecentos e cinquenta e três reais e dez centavos). Total das despesas R\$ 100.596,09 (cem mil, quinhentos e noventa e seis reais e nove centavos); Restos a pagar R\$ 55.806,00 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e seis reais); Saldo reprogramado para 2012 R\$ 7.357,01 (sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e um centavo); Totalizando R\$ 107.953,10 (cento e sete mil, novecentos e cinquenta e três reais e dez centavos). Programa BPC na Escola - Receita: valor transferido pelo MDS de R\$ 4.663,22 (quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos); Contrapartida Municipal R\$ 966,00 (novecentos e sessenta e seis reais); Rendimentos R\$ 263,63 (duzentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos); Total de R\$ 5.892,85 (cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos). Total das despesas R\$ 5.879,22 (cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos); Valor reprogramado para 2012 R\$ 13,63 (treze reais e sessenta e três centavos); Totalizando R\$ 5.892,85 (cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos). Ao final da apresentação, Giani observa que houve a restituição no valor de R\$ 2.160,42 (dois mil, cento e sessenta reais e quarenta e dois centavos), no entanto, ainda ficou o valor de 13,63 (treze reais e sessenta e três centavos) para restituir, pois não houve tempo hábil para enviar projeto para Câmara aprovar a restituição deste restante. A conselheira Márcia Dreher menciona que a questão do saldo positivo na prestação de contas também é preocupante quando se fala em monitoramento e avaliação para a execução dos recursos. Em seguida,

Solange passa a apresentar o questionário do parecer para o Conselho responder em relação ao IGD do Programa Bolsa Família. Neste sentido, a conselheira Lenir Zimmermann diz que não se sente confortável em aprovar uma prestação de contas que não passou pela Comissão de Orçamento, ao que a secretária executiva do CMAS, Tania Midding, lembra que esta prestação nunca teve a prática de passar pela Comissão de Orçamento, pois o Plano de Ação e Demonstrativo Sintético Anual sempre vieram direto para a plenária do Conselho. Neste sentido, Solange diz que é possível repensar essa metodologia para o próximo ano, o encaminhamento da prestação de contas para a Comissão de Orçamento antes de vir para a plenária do CMAS. Em seguida, a Presidente do Conselho põe para aprovação o Demonstrativo Sintético Anual de 2011 e o Parecer sobre o IGD, em que ambos foram aprovados totalmente pela maioria dos presentes, havendo duas abstenções. No item E da pauta, Solange diz que foram realizadas as visitas de Monitoramento e Avaliação que estavam pendentes na APADA e nos CERTIs e será possível apresentar no próximo mês o Relatório Final do Monitoramento e Avaliação dos Serviços Socioassistenciais, pois haverá ainda algumas proposições de alteração do plano. No item F da pauta, sobre a proposta de reajuste da tarifa dos serviços funerários, ao que a presidente Maria de Lurdes informa que a proposta de reajuste é de 6,26%. Solange diz que o Decreto Municipal 268/2003 estabelece que, a aprovação de tarifas deverão ser submetidas à apreciação e homologação de representantes indicados pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, Segurança e de Saúde, ao que a conselheira Simone Ferrari diz que o CMAS não aprova valores e sim a estrutura, os serviços e a qualidade destes. Então, ficou definido que a Presidente do CMAS fará ofício à Gerência dos Serviços Funerários e o entregará pessoalmente para esclarecer qual o papel do CMAS neste processo. Na sequência, Fernanda Pape apresenta a aba do ANPC com o questionário para o Gestor e para o CMAS responder em relação a não execução do Piso BPC na Escola, do Piso Fixo de Média Complexidade II, e do Piso Fixo de Média Complexidade III – MSE. Fernanda lembra que em 2011 também foi respondido este questionário em relação aos recursos de 2009 e agora veio novamente para responder sobre os mesmos recursos em relação a 2010. Na sequência, Fernanda passa a apresentar o questionário com as respostas da Gestão referente as reprogramações dos valores respectivos, e justifica que os serviços foram ofertados com recursos próprios do município sem prejuízo aos mesmos, ao que a conselheira Roseli Gass menciona que pode não ter havido prejuízo na execução dos serviços, porém, consideram que mesmo havendo continuidade dos Serviços, estes poderiam ter sido ofertados com maior qualidade se tivesse utilizado os recursos repassados pelo MDS. Desta forma, a Presidente põe para aprovação a justificativa no questionário do ANPC, sendo aprovado com a ressalva mencionada pela conselheira Roseli, ficando o parecer do CMAS para ser preenchido pela Mesa Diretora do CMAS. A presidente Maria de Lurdes agradece a presença de todos na reunião e encerra a mesma às 11h 05minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, Tania R. S. Midding, encerro a presente ata, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes.